

**O ensino da Psicologia Jurídica para os alunos de Direito no Brasil:  
uma análise de conteúdo das ementas**

*The teaching of Legal Psychology for Law students in Brazil:  
a content analysis of the ementations*

Rosana de Fátima Oliveira PEDROSA<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo geral desta pesquisa foi analisar as ementas da disciplina Psicologia Jurídica ministrada nos cursos de Direito no Brasil. Como objetivos específicos, visou: sistematizar as ementas da disciplina Psicologia Jurídica nos cursos de Direito no Brasil, de acordo com o *Ranking* RUF, no município do Recife e no período de elaboração, entre 2015 e 2019, posteriormente comparado com o período de 2020 a 2023; criar categorias de sentido, de acordo com o conteúdo das ementas pesquisadas da disciplina Psicologia Jurídica nos cursos de Direito no Brasil; propor alcances e limitações dessa disciplina, diante do material apresentado. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, transversal, exploratória e analítica, que teve como instrumento a pesquisa documental de 33 ementas da disciplina Psicologia Jurídica nos cursos de Direito ativos no Brasil, disponíveis em páginas eletrônicas na WEB. A análise qualitativa de conteúdo das ementas de Psicologia Jurídica foi feita através da criação de categorias de sentido, que atendem ou não ao conteúdo de Direito Civil, do Trabalho, Penal e Penitenciário, assim como uma análise quantitativa, dos demais dados, apresentados em percentuais. Os principais resultados revelaram que: poucas IES fornecem informações sobre o Projeto Pedagógico do curso de Direito; existe muita divergência de carga horária, obrigatoriedade e conteúdo das ementas; nos últimos três anos, correspondente à segunda etapa da pesquisa, pouca coisa mudou.

**Palavras-chave:** Ensino. Psicologia Jurídica. Direito. Ementa.

**Abstract:** The general objective of this research was to analyze the ementations of the discipline Legal Psychology taught in Law courses in Brazil. As specific objectives, it aimed to: systematize the ementations of the discipline of Legal Psychology in Law courses in Brazil, according to the RUF Ranking, in the city of Recife and in the elaboration period between 2015 and 2019, later compared to the period from 2020 to 2023; create categories of meaning according to the content of the researched ementations of the discipline of Legal Psychology in Law courses in Brazil; propose reaches and limitations of this discipline, in face of the presented material. This is a bibliographic, transversal, exploratory and analytical research, which had as an instrument the documental research of 33 ementations of the discipline Legal Psychology in the active Law courses in Brazil, available in electronic pages in the WEB. The qualitative analysis of the content of the Legal Psychology course notes was made through the creation of categories of meaning, which meet or do not meet the content of Civil, Labor, Criminal and Penitentiary Law, as well as a quantitative analysis of the other data, presented in percentage forms. The main results revealed that: few colleges provide information on the Pedagogical Project of the Law course; there is a lot of divergence in terms of timetable load, compulsory nature and content of the ementations in the last three years, corresponding to the second stage of the research, little has been changed.

**Keywords:** Teaching. Legal Psychology. Law. Ementation.

DOI: [10.24024/23579897v32n1a2023p05024](https://doi.org/10.24024/23579897v32n1a2023p05024)

## Introdução

É grande a procura pelo curso de Direito no mundo, e no Brasil existem inúmeras Instituições de Nível Superior (IES) que o oferecem. Entretanto, observa-se que a relação das disciplinas oferecidas e o conteúdo programático delas muda muito de uma instituição para outra. Dessa forma, essa diversidade torna os cursos de Direito diferentes, refletindo na qualidade da formação dos profissionais que estão se graduando.

O Ministério da Educação (MEC) avalia e aprova o funcionamento dos cursos, sem

---

<sup>1</sup> Doutora em Psicologia Clínica (UNICAP), Mestre em Administração (UFPE), Especialista em Psicologia jurídica e Gestão estratégica de Pessoas, Psicóloga (UFPE) e Administradora de empresas (UNIP). Consultora organizacional e Docente da FAFIRE. | E-mail: [rosanap@prof.fafire.br](mailto:rosanap@prof.fafire.br)

buscar alinhar os conteúdos oferecidos nas respectivas disciplinas, o que impacta diretamente no tipo de conhecimento absorvido e, conseqüentemente, nas competências desenvolvidas pelos estudantes.

A ideia deste estudo deveu-se ao fato de a autora ser docente da disciplina Psicologia Jurídica em um curso de Direito e ter percebido a diversidade de ementas praticadas.

Sendo assim, surgiu um questionamento quanto à qualidade da contribuição que a disciplina está oferecendo, sobre os instrumentos psicológicos, para a prática dos operadores do Direito, o que resultou no seguinte problema de pesquisa: Qual o perfil da disciplina Psicologia Jurídica nos cursos de Direito no Brasil?

Desta forma, este estudo está focado na área da Psicologia Jurídica e justifica-se por visar elevar a aprovação dos egressos de Direito no exame da OAB; devido à inexistência de questões de Psicologia Jurídica nos concursos para os operadores do Direito; buscar minimizar o desconhecimento da área de Psicologia Jurídica entre os profissionais com formação em Direito.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar as ementas da disciplina Psicologia Jurídica ministradas nos cursos de Direito no Brasil. Como objetivos específicos, visou: a) sistematizar as ementas da disciplina Psicologia Jurídica nos cursos de Direito no Brasil, de acordo com o *Ranking* RUF, no município do Recife e no período de elaboração entre 2015 e 2019; b) criar categorias de sentido de acordo com o conteúdo das ementas pesquisadas da disciplina Psicologia Jurídica nos cursos de Direito no Brasil; c) propor alcances e limitações dessa disciplina, diante do material apresentado; d) comparar os itens pesquisados, no período de 2015 a 2019 e no de 2020 a 2023.

No capítulo a seguir, a fundamentação teórica está disposta sobre os seguintes tópicos: O ensino da Psicologia nos cursos de Direito no Brasil, Atuação do Psicólogo Jurídico e A Psicologia aplicada ao Direito.

## **1. O ensino da Psicologia nos cursos de Direito no Brasil**

O curso de Direito tem diversas disciplinas específicas e outras importantes para a formação dos alunos, para que atuem de maneira não apenas legal, ética, mas, principalmente, de forma humana. Sob esse aspecto, destaca-se a Psicologia Jurídica, foco do estudo desta pesquisa, por apresentar, em comum, o interesse pelo comportamento humano (ROVINSKI, 2013).

A Psicologia Jurídica corresponde ao

ramo da psicologia portador de conteúdos tendentes a contribuir na elaboração de normas jurídicas socialmente adequadas, assim como promover a efetivação dessas normas ao colaborar com a organização do sistema de aplicação das normas jurídicas (PINHEIRO, 2017, p. 38).

Este ramo da Psicologia tem auxiliado os operadores do Direito na execução dos seus trabalhos, sendo considerada matéria importante a ser estudada no referido curso, embora nem todas as IES a estejam oferecendo aos seus alunos. Tentando resolver essas diferenças de conteúdo nos Projeto Pedagógico de Curso (PPC), algumas disciplinas tornaram-se obrigatórias na formação, precisando ser ofertadas em todos os cursos do Brasil, após a homologação da Portaria MEC n.º 1.351, de 14 de dezembro de 2018, e publicada no DOU de 17 de dezembro de 2018, na Seção 1, no Art. 5º, Item I, que determina que o curso de graduação em Direito, na sua Formação geral, **deve** (grifo da autora) envolver “saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, **Psicologia** (grifo da autora) e Sociologia” (BRASIL, 2018, p. 3).

Entretanto, o conteúdo de cada disciplina, denominada ementa, oferecido nos cursos, pode divergir significativamente, o que tem sido observado especificamente na de Psicologia Jurídica, deixando de fora tópicos considerados importantes na formação dos futuros bacharéis em Direito. Diante disso, surge a ideia de que, se as ementas fossem similares, se os conteúdos delas fossem focados no que de fato pode contribuir para o Direito, possibilitaria ao seu estudante conhecer as possibilidades de atuação profissional do psicólogo jurídico, seus limites, normas impostas sobre a sua atuação ética e instrumentos de trabalho.

## **2. A atuação do Psicólogo Jurídico**

O cargo de Psicólogo Jurídico passou a existir oficialmente após a criação da Lei de Execução Penal (LFP), em 1984 (BRASIL, 1984), cuja função é analisar o comportamento humano, compartilhando suas peculiaridades, quando e apenas sobre o que lhe é solicitado oficialmente pelos operadores do Direito. Seja atuando como Psicólogo Perito, por solicitação de um magistrado; como Psicólogo Assistente Técnico, contratado por uma das partes; ou atuando como funcionário de órgãos públicos ligados à área jurídica.

Atualmente, a atuação do Psicólogo Jurídico “utiliza estratégias de avaliação psicológica, com objetivos bem definidos, para encontrar respostas para solução de problemas” (LAGO *et al.*, 2009, p. 484).

Também pode atuar como mediador, sugerir tratamento ou encaminhamento a psiquiatras

ou outros profissionais. Além disso, atuam realizando “acompanhamentos, orientações familiares, participação em políticas de cidadania, combate à violência, participação em audiências, entre outros” (LAGO *et al.*, 2009, p. 490).

Sua principal função é “[...] levar em consideração o mundo dos profissionais da justiça. Deverá assim levar em consideração o mundo legal, seus valores, idiossincrasias e necessidades de informação, reduzindo a incerteza” (JESUS, 2018, p. 56).

Entretanto, o Psicólogo Jurídico, para atuar de forma profissional e ética, tem que seguir as normas do Conselho Federal de Psicologia, contidas nas CFP n.º 017/2002, sobre as atribuições legais do Psicólogo – Manual de Elaboração de Documentos Decorrentes de Avaliações Psicológicas (CFP, 2002); a Resolução CFP n.º 015/96, de 13 de Dezembro de 1996, que institui e regulamenta a Concessão de Atestado Psicológico para tratamento de saúde por problemas psicológicos (CFP, 1996); a Resolução CFP n.º 013/2007, que institui a Consolidação das Resoluções Relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro (NORMAS BRASIL, 2007); a Resolução CFP n.º 008/2010, que dispõe sobre a atuação do Psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário (CRP, 2010); e a Resolução CFP n.º 017/2012, que dispõe sobre a atuação do psicólogo como Perito nos diversos contextos (CFP, 2012). Em suma, o Psicólogo Jurídico desempenha as atividades de confecção de laudos, pareceres e relatórios, sem emitir decisões em causas, pois essa função cabe ao juiz.

Por outro lado, as avaliações psicológicas na área judicial têm contribuído para que os magistrados estabeleçam sentenças mais humanas, focadas no benefício dos envolvidos e não apenas na fria aplicação das punições previstas nas leis.

### **3. A Psicologia aplicada ao Direito**

A Psicologia aplicada ao Direito no Brasil teve início através da área criminal, auxiliando a execução do Direito Penal, através da importância dada à avaliação psicológica para os diagnósticos de Psicologia Forense e dos trabalhos empíricos - experimentais sobre o testemunho e sua participação nos processos judiciais. Vale ressaltar que este ramo da Psicologia também pode averiguar periculosidade, discernimento ou sanidade mental das partes do litígio ou em julgamento (LAGO *et al.*, 2009).

Através da entrevista, o Psicólogo também atua na perícia criminal, fazendo investigação de evidências, autópsia psicológica, além de Psicologia investigativa, para definir o perfil criminal, a psicopatologia do criminoso (ROVINSKI; STEIN, 2009).

O Psicólogo pode ainda atuar no Sistema Penitenciário e nos Institutos Psiquiátricos Forenses, realizando avaliações, acompanhamento e intervenções (LAGO *et al.*, 2009).

Outra área de atuação da Psicologia Jurídica é o Direito civil, que abrange:

a) Direito da Família, analisando, em casos de separação e divórcio, a disputa de guarda de menores, alienação parental, processos de adoção, violência doméstica, e avaliação de incapazes, com interdição e sucessões (FIORELLI; MANGINI, 2018; PINHEIRO, 2017);

b) Direito da Criança e do Adolescente, no que diz respeito a casos de abuso sexual infantil, pedofilia, menor infrator. Além disso, também têm atuado na implantação de medidas de proteção e socioeducativas, assim como no encaminhamento e acompanhamento de crianças e adolescentes;

c) A solução de conflitos faz uso de vários métodos, como negociação, mediação, conciliação e arbitragem, que afetam psicologicamente todas as partes envolvidas, juízes, advogados, testemunhas e outros interessados. Existe um manual de Mediação do CNJ que rege as diretrizes das práticas envolvidas, sendo também uma área de atuação dos psicólogos (PINHEIRO, 2017; BRASIL, 2015);

O Direito do trabalho também faz uso dos serviços da Psicologia Jurídica, na medida em que solicita avaliação quanto à denúncia de assédio sexual, moral e doenças ocupacionais, informações da gravidade e propostas de intervenção sobre os acontecimentos relacionados à causa jurídica (PINHEIRO, 2017).

Diante do acima exposto, vale a reflexão de que

O desafio para a Psicologia Jurídica brasileira ainda continua em sua busca de identidade. Espera-se que a Psicologia Jurídica Brasileira possa responder adequadamente aos anseios e necessidades do mundo jurídico, de maneira rápida e eficaz, tendo em vista a necessidade intervencional imediata na práxis jurídica, e a necessidade de compreensão do indivíduo em sua complexidade (JESUS, 2018, p. 60).

No item a seguir está detalhada a metodologia utilizada nesta pesquisa.

#### **4. Materiais e métodos**

Trata-se de uma pesquisa de campo, exploratória e analítica, que teve como instrumento o levantamento documental.

Para Marconi e Lakatos (2003, p. 185),

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

O estudo foi realizado através de dados secundários, composto por *sites* disponíveis na *WEB*, sem ordem cronológica, das IES predefinidas para a amostra, sobre as Ementas e diretrizes das disciplinas, além de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) de Direito.

A amostra intencional foi composta por 33 ementas da disciplina Psicologia Jurídica, no curso de Direito no Brasil, elaboradas no período de 2015 a 2019, entre as 10 primeiras Instituições do Ensino Superior (IES) classificadas na Escala RUF (*Ranking* das Instituições de Ensino Superior da Folha de São Paulo) dos 10 melhores cursos de Direito no Brasil, no ano de 2019, e, posteriormente, em 2023, juntamente com 23 outras IES, com curso de Direito ativo no município do Recife – PE, disponíveis na página eletrônica do MEC. Quanto aos elementos a avaliar, foram explorados os conteúdos das ementas da disciplina Psicologia Jurídica, ministrada em cursos de Direito de faculdades brasileiras, em duas etapas (2020 e 2023), nos últimos três anos, correspondendo, portanto, a um levantamento transversal.

Amostra intencional, proposital ou deliberada é aquela em que os itens que a formam condizem com determinadas características estabelecidas para o estudo pelo pesquisador (RICHARSON, 1999).

Para a análise dos dados, foi realizada uma análise qualitativa do conteúdo das ementas de Psicologia Jurídica, através da criação de categorias de sentido, que atendem ou não ao conteúdo de Direito Civil, do Trabalho, Penal e Penitenciário.

Também foi efetuada uma análise quantitativa, apresentada em percentuais, das frequências com que os dados foram citados em cada ementa pesquisada.

Dentre as contribuições esperadas, este trabalho se propôs a realizar um comparativo do conteúdo das ementas que foram analisadas, de variadas disciplinas de Psicologia oferecidas nos cursos de Direito, no Brasil e em Recife, capital de Pernambuco.

## **5. Discussões e resultados**

Consta no site do E-MEC (2019) a existência 1.718 IES com cursos ativos de Direito no Brasil, revelando ser um número significativo disponível para quem tem interesse em seguir a carreira de bacharel em Direito.

Visando divulgar as melhores IES Brasileiras onde estudar, o jornal Folha de São Paulo divulga anualmente as 10 primeiras do País, dos estados e dos municípios (RUF, 2019). Desta forma, no ano de 2020, as IES que ofereceram os melhores cursos de Direito no Brasil estão listadas no Quadro 1 - Ranking das 10 IES dos 10 melhores cursos de Direito no Brasil – 2019, a seguir.

Quadro 1 – RUF - Ranking das IES dos 10 melhores cursos de Direito no Brasil - 2019

Ordem	Instituição de Ensino Superior (IES)	Estado	Classificação
1	Universidade de São Paulo (USP)	SP	Pública
2	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	Pública
3	Escola de Direito de São Paulo (DIREITO GV)	SP	Privada
4	Universidade de Brasília (UNB)	DF	Pública
5	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	Pública
6	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	PR	Pública
7	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	PE	Pública
8	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	RS	Pública
9	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)	SP	Privada
10	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	RJ	Pública

Fonte: Folha de São Paulo (2019)

Nota-se que na relação acima apresentada existem oito IES públicas e apenas duas delas são particulares. Além disso, a UFPE está localizada no município do Recife, foco desta pesquisa.

Ainda no E-MEC (2019) está demonstrado que existem 63 IES em Pernambuco, e mais especificamente 24 IES na sua capital, município do Recife, com o curso de Direito em atividade, conforme exposto no Quadro 2 – Relação das IES dos cursos de Direito em Recife/PE - 2019, logo abaixo.

Quadro 2 – Relação das IES dos cursos de Direito em Recife/PE - 2019

Ordem	Instituição do Ensino Superior (IES)	Classificação
1	FACULDADE CATÓLICA IMACULADA CONCEIÇÃO DO RECIFE (FIRC)	Privada
2	FACULDADE SANTA HELENA (FSH)	Privada
3	FACULDADE CENTRAL DO RECIFE (FACENTRAL REC)	Privada
4	FACULDADE DO RECIFE (FAREC)	Privada
5	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE PERNAMBUCO (FCHPE)	Privada
6	FACULDADE NOVA ROMA (FNR)	Privada
7	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO MIGUEL (UNISÃO MIGUEL)	Privada
8	INSTITUTO PERNAMBUCANO DE ENSINO SUPERIOR (IPESU)	Privada
9	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO (UNICAP)	Privada
10	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS ESUDA (FCHE)	Privada
11	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO (UNIBRA)	Privada
12	CENTRO UNIVERSITÁRIO FBV WYDEN (UNIFBV WYDEN)	Privada
13	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	Pública
14	FACULDADE FRASSINETTI DO RECIFE (FAFIRE)	Privada
15	FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ (FADIC)	Privada
16	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA (UNIVERSO)	Privada
17	FACULDADE DOS GUARARAPES (FG)	Privada
18	CENTRO UNIVERSITÁRIO TIRADENTES DE PERNAMBUCO (UNIT PE)	Privada
19	FACULDADE SALESIANA DO NORDESTE (FASNE)	Privada
20	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU (UNINASSAU)	Privada
21	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SÁ (ESTÁCIO PE)	Privada
22	FACULDADE CERS (CERS)	Privada
23	CENTRO UNIVERSITÁRIO JOAQUIM NABUCO DE RECIFE (UNINABUCO RECIFE)	Privada
24	UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (UPE)	Pública

Fonte: E-MEC (2019)

Fazendo uma observação minuciosa, notou-se que a Universidade Federal de Pernambuco, localizada em Recife – PE, também foi classificada pela Escala RUF 2019 e,

portanto, está presente nas duas relações. Sendo assim, foram utilizadas 33 (trinta e três) IES, para evitar a duplicidade de informações.

Em seguida, na primeira etapa, foram reunidos os dados das IES e o respectivo conteúdo das ementas de Psicologia Jurídica dos cursos de Direito que estavam disponíveis na *WEB*, sendo, neste último, o total de sete (7) Instituições de Ensino Superior, o que atende ao primeiro objetivo específico deste trabalho, que visou sistematizar as ementas da disciplina Psicologia Jurídica, nos cursos de Direito no Brasil, de acordo com o *Ranking* RUF, no município do Recife e no período de elaboração entre 2014 e 2019, conforme Folha de São Paulo (2019), E-MEC (2019), e na segunda etapa foram utilizados os dados da primeira etapa e do E-MEC (2023).

No Quadro 3, Ementas de Psicologia Jurídica em Cursos de Direito no Brasil em 2020 estão relacionadas aos dados encontrados na pesquisa, ressaltando que a sigla ND, significa Informação Não Disponível na *WEB*, mostrado a seguir.

Quadro 3 – Ementas de Psicologia Jurídica em cursos de Direito no Brasil - 2020

Ordem	IES	Estado	Classificação	Período	Carga horária	Tipo	Disciplina	Ementa
1	USP	SP	Pública	ND	ND	ND	ND	Não ofertada
2	UFMG	MG	Pública	3	30		Psicologia Jurídica	Informações básicas sobre o objeto da Psicologia e da Psicanálise. Conceitos e Estruturas psicológicas e psicanalíticas, correlacionados com o objeto do Direito e com as categorias jurídicas da personalidade, da imputabilidade e da inimputabilidade. Informações básicas sobre abordagens e estratégias psicológicas na solução de conflitos.
						Obrigatória		
3	DIREITO GV	SP	Pública	ND	ND	ND	ND	Não ofertada
4	UNB	DF	Pública	ND	ND	ND	ND	Não ofertada
5	UFRJ	RJ	Pública	ND	30		Psicologia Jurídica	Psicologia na <i>interface</i> com a Justiça: Direito Penal, Direito de Família e Questões da Infância e da juventude. O positivismo e as teorias críticas. Psicologia,
						Eletiva		

								justiça e produção de subjetividade. Biopoder e Processos de Subjetivação.
6	UFPR	PR	Pública	ND	ND	ND	ND	Não ofertada
7	UFPE	PE	Pública	ND	30		Psicologia Jurídica	O campo de saber da Psicologia em interface com o Direito. Subjetividade, instituições e direitos humanos. Dispositivos da ciência psicológica disponíveis para o trabalho na área jurídica
						Obrigatória		Interdisciplinaridade no campo de trabalho entre profissionais de Psicologia e do Direito.
8	UFRGS	RS	Pública	ND	ND	ND	ND	Não ofertada
9	PUCSP	SP	Privada	ND	ND	ND	ND	Não ofertada
10	UERJ	RJ	Pública	ND	ND	ND	ND	Não ofertada
11	FICR	PE	Privada	6	80		Psicologia Jurídica	Sem ementa
						Obrigatória		
12	FSH	PE	Privada	ND	ND	ND	ND	ND
13	FCR	PE	Privada	ND	ND	ND	ND	ND
14	FR	PE	Privada	ND	60		Psicologia Jurídica	Sem ementa
						ND		
15	SOPECE	PE	Privada	ND	ND		Psicologia Jurídica	Por meio da Psicologia Jurídica estudam-se as noções básicas sobre Psicologia, Noções de Psicologia, abordando o conceito e algumas de suas especialidades, desenvolvimento humano, personalidade, aprendizagem, Psicologia social, psicopatologia, a aplicação da Psicologia ao Direito, temas primordiais e campos de aplicação da Psicologia Jurídica, para desenvolver as habilidades de leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas; a interpretação e aplicação do Direito; a pesquisa e a utilização da legislação,
						Obrigatória		

								da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito; a correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito; a utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão, possibilitando ao discente o desenvolvimento de sólida formação geral, humanística e axiológica; possuir capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica e ter adequada argumentação interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.
16	FNR	PE	Privada	2	40	ND	Introd. à Psico	Sem ementa
17	UNISÃO MIGUEL	PE	Privada	ND	72	Obrigatória	Psicologia	Sem ementa
18	IPESU	PE	Privada	ND	60	ND	Psicologia Jurídica	Sem ementa
19	UNICAP	PE	Privada	ND	60	ND	Psicologia Social	Sem ementa
20	ESUDA	PE	Privada	ND	ND	ND	ND	ND
21	UNIBRA	PE	Privada	3	40	Obrigatória	Psicologia Jurídica	Sem ementa
22	UNIFBV WYDEN	PE	Privada	9	60	Obrigatória	Psicologia e criminologia	Sem ementa
23	FAFIRE	PE	Privada	3	60	Obrigatória	Psicologia Jurídica	Psicologia Jurídica: aspectos históricos, éticos e interdisciplinares. A interface entre a Psicologia e o Direito. Atuação do Psicólogo Jurídico. O Psicólogo no contexto das Varas da Infância e da Juventude e das Varas de Família: problemática e intervenção. A intervenção profissional na Psicologia Jurídica e na Violência Doméstica: Atuação do Psicólogo no Sistema Prisional. Exame Criminológico, sanidade mental e periculosidade

								Documentos decorrente da Avaliação Psicológica: laudos, pareceres e relatórios. Racismo ambiental e Desenvolvimento sustentável na perspectiva da psicologia ambiental. Psicologia do trabalho: doenças ocupacionais e assédios.
24	FADIC	PE	Privada	2	54	Obrigatória	Psicologia e Direito	Sem ementa
25	UNIVERSO	PE	Privada	ND	ND	ND	ND	ND
26	FG	PE	Privada	ND	ND	ND	ND	ND
27	UNIT PE	PE	Privada	1	40	Obrigatória	Psicologia Jurídica	Sem ementa
28	SALESIANA	PE	Privada	2	30	Obrigatória	Psicologia Jurídica	A relação entre Psicologia e Direito. A sociedade e crime. Aspectos do comportamento criminoso. Tipos criminosos e seus perfis psicológicos. Tratamento e prevenção Intervenção psicológica
29	UNINASSAU	PE	Privada	9	40	Obrigatória	Psicologia Jurídica	Definição, origem e desenvolvimento da Psicologia Jurídica no Brasil; Relação entre Psicologia e Direito. Responsabilização e reparação; Temas específicos de Psicologia nos tribunais Atuação do psicólogo nas diversas Varas.
30	UNIESTÁCIO DE SÁ PE	PE	Privada	1	ND	Obrigatória	Psicologia Jurídica	Sem ementa
31	CERS	PE	Privada	ND	ND	ND	ND	ND
32	UNINABUCO RECIFE	PE	Privada	ND	ND	ND	ND	ND
33	UPE	PE	Pública	6	30	Obrigatória	Psicologia e Direito	Sem ementa

Fonte: a autora (2020)

No Quadro 3, acima, é possível perceber que grande parte das IES não disponibilizam suas grades de disciplinas e/ou conteúdo das ementas nas suas páginas eletrônicas, deixando a incerteza se a mesma não foi divulgada para o público ou se de fato não é ofertada na instituição. A causa da não divulgação dos conteúdos dos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC), item obrigatório exigido pelo E-MEC (2019), talvez tenha por trás um desconhecimento da obrigatoriedade legal de ofertá-la, ou ser estratégia do sigilo, para ter vantagens frente à

concorrência ou desconhecimento das contribuições do que a Psicologia pode proporcionar ao mundo jurídico e das atribuições do Psicólogo que atua nesta área. Essas reflexões apresentadas atendem ao objetivo geral desta pesquisa, que visou analisar as ementas da disciplina Psicologia Jurídica, ministradas nos cursos de Direito no Brasil (BRASIL, 2018; CFP, 2002; CFP,1996; NORMAS BRASIL, 2007; CRP, 2010; CFP, 2012).

Entretanto, para compreender melhor os dados coletados, foi feita uma análise comparativa em percentuais, que se encontra disponível no Quadro 4 - Comparativo de ementas de Psicologia Jurídica em cursos de Direito no Brasil em 2020, a seguir.

Quadro 4 - Comparativo de ementas de Psicologia Jurídica em cursos de Direito no Brasil em 2020 em percentuais

<b>IES</b>	<b>Estado</b>	<b>%</b>	<b>Classificação</b>	<b>%</b>	<b>Período oferecido</b>	<b>%</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>%</b>	<b>Tipo</b>	<b>%</b>	<b>Ementa</b>	<b>%</b>
33	PE=24	72,7	Particular = 23	70	2ºp. =3	9,0	60h= 5	15,2	Obrigatória =14	42,5	Psicologia Jurídica com ementa = 7	21,3
	SP=3	9,3	Pública =10	30	3ºp. =3	9,0	30h= 5	15,2	Eletiva = 1	3,0	Psicologia Jurídica não ofertada =7	21,3
	RJ=2	6,0			1ºp. =2	6,0	40h= 4	12,1	ND=18	54,5	Psicologia Jurídica ND = 7	21,3
	MG=1	3,0			6ºp.=2	6,0	54h= 1	3,0			Psicologia Jurídica sem ementa = 6	18,1
	RS=1	3,0			9ºp. =2	6,0	72h= 1	3,0			Psicologia e Direito sem ementa = 2	6,0
	DF=1	3,0			ND=21	64,0	80h= 1	3,0			Psicologia/ Introdução à Psicologia sem ementa = 2	6,0
	PR=1	3,0					ND=16	48,5			Psicologia Social se ementa = 1	3,0
											Psicologia e criminologia sem ementa =1	3,0

Fonte: a autora (2020)

No Quadro 4, foi possível identificar que, das 33 IES pesquisadas, 72,7% foram de Pernambuco; 9,3% de São Paulo; 6,0% do Rio de Janeiro; e o empate de 3,0% de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Distrito Federal. A quantidade predominante de IES de Pernambuco deveu-se à amostra intencional de unidades do Recife, sua capital.

Observou-se, ainda, que 70% das IES pesquisadas eram particulares e 30% eram públicas, confirmando a existência de mais do que o dobro de Instituições de Ensino Superior da rede privada que oferecem cursos de Direito.

Quanto ao período em que a disciplina Psicologia Jurídica é oferecida nos cursos de Direito, houve um empate de 9,0% para os 2º e 3º períodos; assim como também houve um empate de 6,0% para os 1º, 6º e 9º períodos, respectivamente, e por último, 48,5% das IES não divulgaram informações (ND) sobre o assunto.

No que se refere à carga horária estabelecida para a disciplina Psicologia Jurídica, houve empate de 15,2% para 30h e 60h; 12,1% para 40h; e empate de 3,05% para 54h, 72h e 80h; ficando com 48,5% as que não divulgaram as respectivas informações. Entretanto, pode-se inferir que, diante da diversidade de assuntos sugeridos nas disciplinas, a definição de uma carga horária maior, que permita aprofundar os referidos temas, seja o mais indicado na construção da ementa (FIORELLI; MANGINI, 2018; PINHEIRO, 2017; LAGO et al., 2009).

Sobre o tipo de disciplina em que a Psicologia Jurídica foi enquadrada, obteve-se 42,5% como obrigatória; 3,0% como eletiva; e 54,5% não divulgaram informações (ND) sobre de que tipo seria. Devido à importante contribuição da Psicologia Jurídica para o Direito, propõe-se que a mesma seja disciplina obrigatória para o curso de Direito, conforme Portaria MEC n.º 1.351, de 14 de dezembro de 2018, publicada no DOU de 17 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018).

Quanto à Disciplina de Psicologia Jurídica, verificou-se o empate de 21,3% para Psicologia Jurídica com ementa disponível na WEB, Psicologia Jurídica não sendo ofertada pelas IES e Psicologia Jurídica não informada pelas instituições pesquisadas. Também se observou 18,1% de Psicologia Jurídica sem ementa; e empate de 6,0% para Psicologia e Direito sem ementa e Psicologia/ Introdução à Psicologia sem ementa; e também equivalência de 3,0% para Psicologia Social sem ementa, além de Psicologia e criminologia sem ementa.

Na intenção de condensar os conteúdos das sete (7) ementas da disciplina Psicologia Jurídica das IES pesquisadas, foi realizada uma análise de conteúdo e foram definidas categorias por assuntos citados, conforme Quadro 5 – Categorias do comparativo de ementas de Psicologia Jurídica em cursos de Direito no Brasil em 2020, apresentado a seguir.

Quadro 5 - Categorias do comparativo de ementas de Psicologia Jurídica em cursos de Direito no Brasil em 2020

Ordem	Categoria	IES	Quantidade	%
1	A relação entre a Psicologia Jurídica e o Direito.	UFMG, UFRJ, UFPE, SOPECE, FAFIRE, SALESIANA, UNINASSAU	7	100,0
2	Áreas de atuação do Psicólogo Jurídico.	UFMG, UFRJ, UFPE, SOPECE, FAFIRE, SALESIANA, UNINASSAU	7	100,0
3	A Psicologia e influência das	UFMG, SOPECE, SALESIANA,	4	57,14

	questões sociais.	UNINASSAU		
4	A Psicologia e as intervenções na área jurídica.	FAFIRE, SALESIANA e UNINASSAU	3	42,86
5	Compreensão e Interpretação de fenômenos humanos, e uso de estratégias na Resolução de conflitos.	UFMG e SOPECE	2	28,57
6	Compreensão e elaboração de documentos psicológicos para respaldo a causas jurídicas.	SOPECE e FAFIRE	2	28,57
7	A subjetividade humana e as instituições do Direito.	UFRJ e UFPE	2	28,57
8	Jurisprudência e terminologia específicas da ciência do Direito.	SOPECE e UNINASSAU	2	28,57
9	O positivismo e as teorias críticas.	UFRJ	1	14,29
10	Psicologia Ambiental.	FAFIRE	1	14,29
11	Psicologia e o Direito do Trabalho.	FAFIRE	1	14,29

Fonte: a autora (2020)

Foram identificadas onze (11) categorias de assuntos a compor a disciplina de Psicologia Jurídica. Em 100% das IES que apresentaram ementas na WEB houve empate de 100% para *A relação entre Psicologia Jurídica e o Direito e Áreas de atuação do Psicólogo Jurídico*. Também foi possível verificar que 57,14% citaram *A Psicologia e influência das questões sociais*; assim como 42,86% indicaram *A psicologia e as intervenções na área jurídica*. Observou-se inclusive o empate de 28,57% nas categorias *Compreensão e interpretação de fenômenos humanos e uso de estratégias na Resolução de conflitos*, *Compreensão e elaboração de documentos psicológicos para respaldo a causas jurídicas* e *A subjetividade humana e as instituições do Direito*. Ainda foi possível identificar outra equivalência de 14,29% nas categorias *O positivismo e as teorias críticas*, *Psicologia ambiental* e *Psicologia e o Direito do Trabalho*. O conteúdo apresentado no Quadro 5 atende ao segundo objetivo específico deste estudo, que buscou criar categorias de sentido, de acordo com o conteúdo das ementas pesquisadas da disciplina Psicologia Jurídica nos cursos de Direito no Brasil e no Recife - PE (FIORELLI; MANGINI, 2018; PINHEIRO, 2017); (LAGO *et al.*, 2009).

Visando atualizar os dados pesquisados em 2020, uma nova pesquisa foi realizada em 2023, para identificar possíveis mudanças realizadas durante os três anos decorridos entre eles, usando como guia o Quadro 3 - Ementas de Psicologia Jurídica em curso de Direito no Brasil - 2020. Para melhor visualização, os itens alterados estão assinalados em cor.

Quadro 6 – Comparativo das Ementas de Psicologia Jurídica em cursos de Direito no Brasil de 2020 e 2023

Ordem	IES	Estado	Classificação	Período	Carga horária	Tipo	Disciplina	Ementa 2023
-------	-----	--------	---------------	---------	---------------	------	------------	-------------

1	USP	SP	Pública	ND	ND	ND	ND	Não ofertada
2	UFMG	MG	Pública	3	30		Psicologia Jurídica	Informações básicas sobre o objeto da Psicologia e da Psicanálise. Conceitos e estruturas psicológicas e psicanalíticas, correlacionados com o (objeto do) Direito e com as categorias jurídicas da personalidade, da capacidade, da responsabilidade, da imputabilidade e da inimputabilidade. Informações básicas sobre abordagens e estratégias psicológicas na solução de conflitos.
3	FGV	SP	Pública	ND	ND	ND	ND	Não ofertada
4	UNB	DF	Pública	ND	ND	ND	ND	Não ofertada
5	UFRJ	RJ	Pública	---	30	Optativa	Psicologia Jurídica	Conteúdo mantido
6	UFPR	PR	Pública	ND	ND	ND	ND	Não ofertada
7	UFPE	PE	Pública	ND	30	Obrigatória	Psicologia e Direito	Conteúdo mantido
8	UFRGS	RS	Pública	ND	ND	ND	ND	Não ofertada
9	PUCSP	SP	Privada	ND	ND	ND	ND	Não ofertada
10	UERJ	RJ	Pública	ND	ND	ND	ND	Não ofertada
11	FICR	PE	Privada	6	80	Obrigatória	Psicologia	Sem ementa
12	FSH	PE	Privada	ND	ND	ND	ND	ND
13	FCR	PE	Privada	ND	ND	ND	ND	ND
14	FAREC	PE	Privada	ND	60	ND	Psicologia Jurídica	Sem ementa
15	SOPECE	PE	Privada	ND	60	Obrigatória	Psicologia Jurídica	Noções de Psicologia, abordando o conceito e a história da ciência psicológica, bem como algumas de suas especialidades – desenvolvimento humano, personalidade, aprendizagem, Psicologia social, psicopatologia – aplicação da Psicologia ao Direito, temas primordiais e campos de aplicação da Psicologia Jurídica.
16	FNR	PE	Privada	2	40	Obrigatória	Psicologia Jurídica	Sem ementa
17	UNISÃO MIGUEL	PE	Privada	ND	72	Obrigatória	Psicologia	Sem ementa
18	UNIPESU	PE	Privada	ND	60	ND	Psicologia Jurídica	Sem ementa
19	UNICAP	PE	Privada	ND	60	ND	Psicologia Social	Sem ementa
20	ESUDA	PE	Privada	ND	ND	ND	ND	Sem ementa

21	UNIBRA	PE	Privada	3	40		Psicologia Jurídica	Psicologia Forense: Definição, objetivo, área de atuação, relação com outras áreas da Psicologia, outras ciências e profissões, metodologias de pesquisa e intervenção e considerações éticas. As relações intersubjetivas entre o indivíduo, a família e a lei; motivações psicológicas para o ato delituoso; representação psicológica do ato delituoso e das penas. Análise das tentativas de tratamento e de reinserção social do sujeito infrator. Prática de pesquisa supervisionada.
						Obrigatória		
22	UniFBV WYDEN	PE	Privada	9	60	Obrigatória	Psicologia Jurídica	Sem ementa
23	FAFIRE	PE	Privada	3	60	Obrigatória	Psicologia Jurídica	Conteúdo mantido
24	FADIC	PE	Privada	2	54	Obrigatória	Psicologia e Direito 2020	Sem ementa
25	UNIVERSO	PE	Privada	ND	ND	ND	ND	ND
26	UNIFG	PE	Privada	ND	ND	ND	ND	ND
27	UNIT PE	PE	Privada	1	40	Obrigatória	Psicologia Jurídica	Sem ementa
28	FASNE	PE	Privada	2	30	Obrigatória	Psicologia Jurídica	Conteúdo mantido
29	UNINASSAU	PE	Privada	9	40	Obrigatória	Psicologia, negociação, mediação, conciliação e arbitragem	Sem ementa
30	UniESTÁCIO DE SÁ PE	PE	Privada	1	ND	Obrigatória	Psicologia Jurídica	Sem ementa
31	CERS	PE	Privada	ND	ND	ND	ND	ND
32	UNINABUCO RECIFE	PE	Privada	ND	ND	ND	Psicologia, mediação, conciliação e arbitragem	ND
33	UPE	PE	Pública	--	30	Eletiva	Psicologia Jurídica	Sem ementa

Fonte: a autora (2023)

No Quadro 6, Comparativo das Ementas de Psicologia Jurídica em cursos de Direito no Brasil, de 2020 a 2023, as 33 IES permanecem ativas, entretanto a sigla de quatro delas foi alterada, destacando que duas delas se tornaram Centros Universitários. Além disso, todas as IES pesquisadas permanecem na mesma classificação de pública ou privada e continuam lotadas nos mesmos Estados anteriormente identificados. No que se refere à carga horária, uma das IES apresentou a carga horária para a disciplina de Psicologia Jurídica; e quanto ao período em que a disciplina de Psicologia é oferecida, apenas ocorreram duas modificações, passando

de obrigatória para eletiva/optativa. Foi possível ainda observar que cinco IES alteraram o título da disciplina oferecida, sendo que duas ficaram como Psicologia, permitindo uma visão mais ampla, e as outras três mudaram para Psicologia Jurídica, focando mais no conteúdo do Direito, o que pode indicar uma maior valorização da atuação do psicólogo na área jurídica. Por último, destaca-se o fato de três ementas terem sido modificadas, sendo duas com acréscimo de conteúdos e a terceira divulgando a sua ementa completa de Psicologia Jurídica, reafirmando o conteúdo pertinente à atuação do psicólogo na área do Direito.

### **Considerações finais**

Foi possível observar que as ementas pesquisadas divergem entre si, o que revela uma disparidade de conteúdos sendo ministrados em Psicologia Jurídica para os alunos de Direito.

Atendendo ao terceiro objetivo específico deste trabalho, sugere-se que as categorias apresentadas sejam incluídas na elaboração de uma ementa de Psicologia Jurídica, para os cursos de Direito, por representarem a síntese dos conteúdos obtidos nesta pesquisa, e como forma de buscar oferecer aos seus alunos e futuros operadores do Direito uma formação humanística mais ampla, permitindo-lhes desenvolver uma consciência das diferenças individuais, comportamentos humanos e influências sociais nas ações dos seres humanos, suas consequências e nas possíveis punições mais justas, conforme defende Jesus (2018).

No que se refere ao quarto objetivo, que buscou verificar as possíveis alterações ocorridas nos último três anos, comparadas à primeira etapa da pesquisa realizada em 2020, observou-se que poucas mudanças ocorreram, e que as ementas demoram a ser revisadas, não sendo atualizadas, ou por descaso ou por escolha de não compartilhá-las na rede. Vale destacar a alteração de títulos para Psicologia Jurídica, sinalizando uma melhora na visão da importância do conteúdo desta disciplina para o curso de Direito. Merece destaque o fato de 54,5% das IES pesquisadas não estarem divulgando ou cumprindo a Portaria do MEC n.º 1.351, de 14 de dezembro de 2018, publicada no DOU de 17 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018), o que as torna passíveis de fiscalização, punição e rebaixamento nas avaliações do curso de Direito, realizadas periodicamente pelo MEC, o que implicará diretamente na diminuição da qualidade percebida no curso oferecido, o que poderá gerar perda da confiança e evasão de alunos, seguido por perdas financeiras.

A presente pesquisa revelou aspectos interessantes sobre o ensino da Psicologia Jurídica nos cursos de Direito da amostra utilizada. Tal resultado indica que os operadores do Direito estão se inserindo no mercado de trabalho com formações diferentes, o que reflete diretamente

na qualidade dos serviços jurídicos que estão sendo realizados. O Direito se preocupa com o cumprimento das leis e punição para os que as desobedecem, visando manter as normas de conduta e a paz social. Entretanto, o conhecimento mais aprofundado da área de Psicologia Jurídica e o arcabouço de conteúdos, possibilidades, mudanças e intervenções que ela pode proporcionar contribuirá positivamente na atuação do operador do Direito, tornando-a mais humana.

Este trabalho permitiu à autora investigar e aperfeiçoar sua visão sobre o tema, desenvolvendo um olhar crítico sobre o ensino de Psicologia Jurídica, sua área de atuação, como forma de levar à sala de aula conteúdos mais significativos à formação dos seus estudantes.

Essa pesquisa poderá desenvolver nos operadores do Direito, pesquisadores e demais membros da sociedade acadêmica o interesse em estudar outros pontos da intersecção da Psicologia e do Direito. Além disso, elevará o conhecimento da importância do trabalho do Psicólogo para a melhor resolução das causas jurídicas.

A realização deste estudo foi parcialmente prejudicada pela ausência de dados documentais disponíveis na WEB. A amostra utilizada foi pouco significativa, não permitindo, portanto, generalizações, apesar do detalhado estudo quantitativo realizado. Portanto, sugere-se que novos estudos brasileiros sejam realizados, comparando uma amostra mais ampla, com outros municípios e estados envolvidos, visando possibilitar maior aprofundamento e, conseqüentemente, maiores conhecimentos sobre o tema.

## **Referências**

BRASIL. **Resolução Nº 5, de 17 de Dezembro de 2018**. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104111-rces005-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104111-rces005-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 18 jan.2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *In*: AZEVEDO, André Gomma de (org.). **Manual de Mediação Judicial**. 5. ed. Brasília, DF: CNJ, 2015.

BRASIL. **Lei de Execução Penal nº 7.210/84**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm). Acesso em: 15 jan. 2020.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP nº 017/2002**. Atribuições legais do Psicólogo. Manual de elaboração de documentos decorrentes de avaliações Psicológicas. Brasília, DF:CFP, 2002. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp->

content/uploads/2002/12/resolucao2002\_17.PDF. Acesso em: 17 jan. 2020.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP nº 015/96 de 13 de Dezembro de 1996.** Institui e regulamenta a Concessão de Atestado Psicológico para tratamento de saúde por problemas psicológicos. Brasília, DF: CFP, 1996. Disponível em: [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1996/12/resolucao1996\\_15.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1996/12/resolucao1996_15.pdf). Acesso em: 17 jan. 2020.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP nº 008/2010.** Dispõe sobre a atuação do Psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário. Brasília, DF: CFP, 2010. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/resolucao2010\\_008.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/resolucao2010_008.pdf). Acesso em: 17 jan. 2020.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP nº 017/2012.** Dispõe sobre a atuação do psicólogo como Perito nos diversos contextos. Brasília, DF:CFP, 2012. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-017-122.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.

E-MEC. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior.** Cadastro e-MEC. Brasília, DF: MEC, [20-]. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 29 dez. 2019.

FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. **Psicologia Jurídica.** 9 ed., ver. e atual. São Paulo: Atlas, 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **RUF - Ranking de universidades brasileiras de Direito 2018.** São Paulo:[s.n.], 2018. Disponível em: <http://m.ruf.folha.uol.com.br/2018/ranking-de-universidades/>. Acesso em: 29 dez. 2019.

JESUS, Fernando de. **Psicologia aplicada à justiça.** 4. ed., Goiânia: AB, 2018.

LAGO, Vivian de Medeiros; AMATO, Paloma; TEIXEIRA, Patrícia Alves; ROVINSKI, Sonia Liane Reichert; BANDEIRA, Denise Ruschel. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. *In: Estudos de psicologia*, Campinas, v. 26, n.4, outubro-dezembro, p.483-491, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v26n4/09.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed., São Paulo: ATLAS, 2003.

NORMA BRASIL. **Resolução CFP nº 013/2007.** Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Brasília, DF:CFP, 2016. Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-3-2016\\_316502.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-3-2016_316502.html). Acesso em: 17 jan. 2020.

- PINHEIRO, Carla. **Psicologia jurídica**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Col. Direito vivo)
- RICHARDSON, Roberto. Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p.157-173
- ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. **Fundamentos da perícia psicológica forense**. 3.ed. São Paulo: VETOR, 2013.
- ROVINSKI, Sonia Liane Reichert; STEIN, Lilian Milnitsky. O uso da entrevista investigativa no contexto da psicologia forense. *In*: Sonia Liane Reivchert Rovinski e Roberto Moraes Cruz (orgs). **Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção**. São Paulo: VETOR, 2009. p. 67-74.

---

Recebido em: 02.02.2023

Aprovado em: 10.02.2023

**Para referenciar este texto:**

PEDROSA, Rosana de Fátima Oliveira. O ensino da Psicologia Jurídica para os alunos de Direito no Brasil: uma análise de conteúdo das ementas. **Lumen**, Recife, v. 32, n. 1, p. 05-24, jan./jun. 2023.